

Associações de Pais e Mestres: Um pouco da sua História

Izabel Aurora de Souza Branco¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo retomar um pouco da história do surgimento das Associações de Pais e Mestres no Brasil e os ideais de participação que a elas estava vinculado. O estudo vai limitar-se, neste primeiro momento, a fazer algumas considerações a respeito da preocupação em envolver, cada vez mais, a comunidade escolar nas questões referentes à organização e ao funcionamento das escolas.

Como é de conhecimento de todos, os ideais liberais que foram incorporados à cultura brasileira a partir de modelos estrangeiros, acabaram por desencadear debates a respeito da importância e da necessidade de participação dos diversos segmentos da sociedade brasileira na construção dela própria.

No que diz respeito à educação e, mais especificamente, à dinâmica escolar, as discussões têm girado em torno de propostas de organização de grupos de pessoas interessadas em ampliar os espaços de atuação da escola, buscando envolver, cada vez mais a comunidade, na problemática da mesma, possibilitando assim uma maior integração entre ambas. (escola - comunidade)

Nas diferentes propostas de gestão educacional - contextualizadas em seu tempo e espaços específicos - a questão da participação vai aparecer associada a temas como "democracia", "progresso", "desenvolvimento", por exemplo, incentivando a formação de grupos com a preocupação de reestruturar a educação e a escola de suas épocas.

Nessa perspectiva, foram pensadas e sugeridas associações que dessem conta de

divulgar os ideais democráticos e de atrair, para o âmbito da escola, os segmentos interessados em aprofundar as discussões a respeito dos novos paradigmas pedagógicos. Exemplo disso foi a criação e a estruturação das Associações de Pais e Mestres, como órgãos auxiliares da escola.

Tais órgãos, embora pensados e implantados de maneira informal em algumas escolas a partir da década de 20, somente foram reconhecidos e institucionalizados no país nos anos 70, com uma preocupação já diferente daquela que os originou, uma vez que, posteriormente tentou-se delegar as famílias as responsabilidades e os encargos com a educação.

ORIGEM E FUNCIONAMENTO DAS APMs

No Brasil, os movimentos liberais que antecederam à Proclamação da República exerceram grande influência nos ideais pedagógicos, especialmente na 1ª República (1889-1930), estando representados na conjunção do "entusiasmo pedagógico pela educação" com o "otimismo pedagógico".

¹ - Professora Doutora do Departamento de Educação do Instituto de Biociências de Rio Claro - UNESP - SP

O chamado "entusiasmo pedagógico", que cronologicamente antecedeu o "otimismo pedagógico", foi marcado pelos anseios democráticos e teve um caráter mais quantitativo defendendo, basicamente, a necessidade de ampliação da rede escolar.

Entre 1910 a 1920, o movimento ganhou forças, principalmente depois do final da 1ª Guerra Mundial, quando os ideais nacionalistas desencadearam as lutas por um maior desenvolvimento do país, incentivando a organização de grupos preocupados com a alfabetização (Ligas de Desalfabetização), considerada fundamental para o desenvolvimento do país.

O movimento defendia o caráter politizador da Educação e a importância do envolvimento da sociedade civil nas lutas pela escolarização da população brasileira, incorporadas a propostas de reestruturação e organização da Sociedade Brasileira.

Vinculado a esse movimento e, ao mesmo tempo, com natureza diversa, o "otimismo pedagógico", articulou-se na década de 20, ganhando maior força nos anos 30, defendendo um ensino de boa qualidade, e sugerindo alterações didáticas e pedagógicas fundamentadas pelos ideais escolanovistas como destaca-o texto abaixo:

"Após a guerra, com a Inglaterra vencendo mas cambaleante, os Estados Unidos ocuparam o espaço deixado pelos ingleses no cenário financeiro e mercantil internacional.

O imperialismo americano impôs não só padrões novos de consumo de bens materiais, mas também padrões novos de consumo de bens culturais, que trouxeram

ao país as teorias pedagógicas do movimento da Escola Nova". (Ghiraldelli, 1994, p.25).

As lutas pelas mudanças na Educação, no entanto, não ficaram restritas à sociedade civil, mas ampliaram-se a nível do político, principalmente a partir das reformas de ensino, ocorridas nos vários estados brasileiros, como por exemplo: Reforma Lourenço Filho - Ceará - 1923; Reforma Anísio Teixeira - Bahia - 1925; Reforma Francisco Campos e Mario Casassanta - Minas Gerais - 1927; Reforma Fernando de Azevedo - Distrito Federal 1928 e Reforma Carneiro Leão - Pernambuco - 1928. Dos movimentos por reformas educacionais, inspirados em modelos norte-americanos (Rotary Club), surgiram as primeiras Associações dos Amigos da Escola, tendo como objetivos: aproximar as pessoas interessadas na reorganização do ensino e da escola brasileira, incentivar as discussões a respeito das políticas educacionais e da organização escolar e, finalmente, implantar novas metodologias de ensino baseadas nos princípios da Escola Nova.

A Escola Nova era uma dentre outras propostas de reorganização da Educação e da Sociedade Brasileira, apontada como saída para que o país pudesse enquadrar-se no modelo norte-americano de desenvolvimento.

O intercâmbio e as relações diplomáticas estabelecidas com o governo norte-americano, reforçaram os ideais liberais dos intelectuais brasileiros interessados em superar o chamado "atraso cultural e econômico", típicos de uma sociedade presa, ainda, diziam eles, ao modelo europeu.

O Jornal Movimento Brasileiro - maio de 1929 - fez algumas considerações a respeito do período, que reproduziremos aqui, a título de ilustração:

"O velho espírito brasileiro ... herdado de Portugal, tem de ser vencido pelo espírito moderado, prático e dinâmico, que é uma contingência americana, a obra formidável de desbravar a terra selvagem e inculta não se fará com vetustos formulários de academia, mas pelo esforço direto e violento. Este, porém, não pode continuar a ser uma improvisação de homens ousados e de boa vontade. Para vingar, terá de ser sistematizado cientificamente e a obra de reforma do Brasil será a vitória da cultura. Por isso e para isso, teremos de conformar o nosso espírito com a realidade brasileira e atuar sobre o meio com a segurança e a certeza das fórmulas matemáticas". (Jornal Movimento Brasileiro, nº 5)

Considerando as observações acima, pode-se constatar a influência que o modelo norte-americano de progresso, desenvolvimento e de urbanização, já vinha exercendo sobre o pensamento dos intelectuais brasileiros e o vínculo desse modelo com os projetos de reformas de ensino baseados nos princípios da Escola Nova de Dewey, para cá exportados, que sugeriam uma escola ativa, com novas metodologias de ensino e novas regras na organização das escolas.

Entusiasmado com o momento e com os novos paradigmas, Lourenço Filho propôs a criação das Associações de Pais e Mestres nas escolas públicas paulistas, em 1931, estabelecendo as seguintes diretrizes gerais:

- *Em cada município, aconselha-se a criação de uma Associação de Pais e Mestres, ao menos com o fim especial de estabelecer mútuo entendimento entre pais e mestres, acerca dos problemas de educação.*
- *Tais associações terão regulamentação especial, de acordo com as condições particulares do meio, não sendo obrigatória nenhuma contribuição em dinheiro para que qualquer pai faça parte delas;*
- *Convém que cada uma tenha um Conselho Diretor de sete membros, e que façam parte quatro pais e três professores em exercício;*
- *As associações devem interessar os pais na manutenção e desenvolvimento de instituições auxiliares da escola, sob todos os pontos de vista, e no encaminhamento dos alunos que estejam a terminar o curso primário para novos estudos ou aprendizados de trabalhos, de acordo com suas aptidões;*
- *Cada associação promoverá, ao menos uma vez por mês, uma reunião para discussão desses assuntos e difusão de conselhos relativos a Higiene e Puericultura;*
- *Nessas reuniões convém que diretores do estabelecimento ou professores expliquem, da melhor forma possível, quais os processos educativos postos em prática nas escolas, a fim de que por eles se interessem os responsáveis pelas crianças;*
- *As associações podem tomar como programa específico de cada semestre ou de cada ano, um problema particular de localidade: campanha higiênica, melhoria do prédio escolar; criação de um aprendizado agrícola, de uma escola doméstica, excursões escolares; biblioteca infantil, etc;*
- *Os trabalhos de cada associação serão publicados, como exemplo de estímulo, por intermédio desta Diretoria, e os trabalhos dos Srs. professores em prol desta grande obra são considerados como relevantes.*

Em 1934 foi elaborado o primeiro Estatuto Padrão das APMs, estabelecendo que o Diretor de Escola deveria ser o presidente da Associação, que passaria a congregar todos os pais, professores e alunos da escola, permitindo, também, a participação de outras pessoas interessadas.

As alterações propostas por esse Estatuto, apontam as mudanças políticas das associações que, deixando de ser organizações livres e abertas, estariam vinculadas diretamente à direção da escola - que, por sua vez, estava ligada aos órgãos governamentais - que a presidiria, obrigatoriamente, englobando todos os pais, alunos e professores e não apenas aqueles envolvidos com as questões educacionais.

Outra mudança ocorrida refere-se à arrecadação de recursos pelas Associações, através de contribuições espontâneas dos sócios beneméritos, devendo ser encaminhadas para a organização de bibliotecas, instalação de gabinetes dentários, assistência médica, aquisição de medicamentos e de prêmios para os melhores alunos.

Essas modificações ocorridas na organização das APMs, alteraram substancialmente seus propósitos iniciais, uma vez que, vincularam-na à direção da escola e, conseqüentemente, aos órgãos governamentais que colocaram-nas, em parte, como responsáveis pela manutenção financeira de algumas melhorias feitas nas escolas.

Nesse sentido, as APMs vão perdendo o seu caráter de associações espontâneas e livres onde os diretores das escolas eram chamados

apenas para explorarem as diretrizes pedagógicas das suas escolas e, quando mais interessados, para comporem associações e não para dirigi-las como propôs o Estatuto - Padrão. As APMs, portanto, passaram a ser órgãos diretamente ligados à escola, funcionando em caráter facultativo juntamente com as Caixas Escolares, criadas em 1920 (Lei nº 1750/20).

A diferença entre uma e outra estava no fato de estas últimas terem sido criadas basicamente para prestarem assistência aos alunos carentes enquanto que as APMs tinham caráter mais abrangente, devendo colaborar com o bem-estar das crianças, garantir o bom funcionamento da escola e envolver, cada vez mais, a comunidades, nas discussões a respeito das questões educacionais.

É importante ressaltar que o novo perfil traçado para as APMs, estava de acordo com o novo modelo centralizador de Estado e de organização da sociedade brasileira, propostos para a época.

O primeiro Estatuto - Padrão da APMs, vigorou até o final da década de 50, apesar das mudanças políticas ocorridas durante o período que vai desde a sua criação, em 1934, até o surgimento do segundo Estatuto - Padrão, em 1958.

O 2º Estatuto - Padrão avançou mais no sentido da descentralização e da participação mais democrática, ao propor uma "direção colegiada" composta principalmente por pais. O segundo Estatuto - Padrão das Associações de Pais e Mestres, divulgado através do Comunicado nº 11 de 04/06/58 ao SIAE - Serviço das Instituições Auxiliares da Escola,

que funcionava junto ao Departamento da Educação, facilitou a participação comunitária nas escolas, por apresentar uma estrutura administrativa simplificada, constituída por uma "direção colegiada", na qual predominava a presença de pais:

Artigo 6º - A administração da Associação ficará a cargo de um Conselho, composto por quatro pais e três professores, um dos quais será o diretor do estabelecimento.

Parágrafo 1º - O conselho, com exceção de um membro (o Diretor de Escola), será eleito pela assembléia de sócios, pelo sistema de voto secreto, no início do ano letivo.

Artigo 7º - Os conselheiros escolherão, entre si, dois secretários e dois tesoureiros.

O caráter de "direção colegiada" da Associação consubstanciava-se no Artigo 15º: "Cabe ao conselho coletivamente presidir as reuniões de sócios..."

Além dessa direção colegiada, o Estatuto propôs a organização de Comissões Auxiliares que deveriam facilitar as tarefas da APM e que deveriam realizar, obrigatoriamente, reuniões mensais com toda a comunidade escolar, incentivando sempre, a participação de todos.

As funções da APM, estabelecidas pelo novo estatuto seriam: dar assistência constante ao escolar; comprometer-se com a melhoria do ensino; intensificar a integração Escola - Comunidade; promover torneios esportivos e intelectuais, palestras e reuniões; orientar o encaminhamento dos alunos para o trabalho; organizar excursões para associados e alunos; e outras atividades relacionadas aos interesses tanto da escola como da comunidade a qual estivesse vinculada.

As APMs continuaram existindo em caráter facultativo até 1971, quando então, foi estabelecida a sua obrigatoriedade em todas as

escolas brasileiras, muito embora a sua implantação, em nível nacional, já tivesse sido sugerida pela Lei 4.024 de 1961.

AS APMs E AS PROPOSTAS DE PARTICIPAÇÃO

Em todos os momentos em que se pensou e se propôs a criação e o funcionamento das APMs, tanto os setores da sociedade civil como os da sociedade política, destacaram a importância e a necessidade da presença dessas instituições nas escolas públicas, no sentido de dinamizá-las.

Entretanto, a cada momento histórico em que foram sugeridas e criadas, fizeram-se acompanhar, como não poderia deixar de ser, de diferentes expectativas quanto às suas funções, objetivos e desempenho, deixando aflorar as divergências e as contradições características de cada período, refletidos, principalmente, nas propostas de participação.

Sendo assim, enquanto as primeiras propostas de organização das APMs eram mais espontâneas estando preocupadas em trazer, para a escola, a discussão sobre o papel da Educação na formação dos indivíduos, sobre os problemas gerais e específicos enfrentados pelas escolas, a discussão sobre a importância de se envolver cada vez mais pessoas interessadas nessas questões, em outros momentos os projetos e/ou decisões vinham diretamente do poder político centralizado no Estado, considerando tais entidades como mais um espaço para reforçar e transmitir os valores por ele representados.

Nesse movimento articulado por diferentes posturas ideológicas, é importante ressaltar que,

em alguns períodos, os governos estaduais tiveram uma certa autonomia no que se refere à organização das políticas educacionais (de 1890 a 1929, por exemplo).

No Estado de São Paulo, por exemplo, as discussões desencadeadas por educadores ligados ao movimento escolanovista, não ficaram restritas à dimensão do meramente pedagógico, mas estenderam-se para as questões administrativas e políticas apontadas pelos teóricos que compunham as equipes governamentais, ocupando cargos burocráticos, como foi o caso de Lourenço Filho e de Fernando de Azevedo, principalmente depois da década de 20.

Tais educadores eram considerados liberais eletistas por defenderem propostas mais voltadas para a melhoria da qualidade de ensino do que para o aumento do número de vagas nas escolas e também por estarem compondo os quadros do governo.

Lourenço Filho, mesmo durante o período ditatorial de Getúlio Vargas, manteve-se no governo, reforçando essa imagem, enquanto que Fernando de Azevedo preferiu afastar-se devido ao caráter autoritário daquele governo.

Tais destaques são importantes na medida em que podem ilustrar a dinâmica dos movimentos ocorridos na Educação Brasileira através de alguns de seus expoentes, e que, sem dúvida nenhuma, contribuíram para a implantação de diferentes políticas a respeito das APMs.

1. Guardadas as dimensões e a abrangência das questões que envolviam a organização, o funcionamento e as características das APMs,

no período compreendido entre 1920 a 1970, podemos destacar dois movimentos básicos;

- 2. Um movimento que propunha a organização espontânea e autônoma das APMs, como associações que deveriam congregiar pessoas interessadas em discutir a problemática educacional geral e apontar caminhos para a superação dos principais problemas;*
- 3. Um outro, mais centralizador e diretivo, que propunha o funcionamento das APMs como associações a serviço do Estado, com funções e atividades controladas pelo poder político, devendo estar a serviço dos interesses mais específicos deste que, em alguns momentos, buscava desincumbir-se das tarefas e das obrigações referentes à educação, sem deixar de ter o controle sobre a mesma.*

A bandeira de luta dos movimentos populares em defesa de uma maior participação da sociedade civil, desencadeou a organização de comitês populares progressistas, por exemplo, organizados em São Paulo e no Rio de Janeiro, após a saída de Getúlio Vargas do Governo, que espalharam-se por diversos bairros dos centros mais urbanizados defendendo a importância de uma participação mais consequente das comunidades, nas decisões e no encaminhamento das políticas sociais.

Tais movimentos incluíram em suas reivindicações a melhoria do ensino e da escola, conseguindo uma grande mobilização em torno da necessidade de implantação de uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

Com isso, as propostas de fortalecimento das APMs enquanto espaços de discussões de problemas políticos e educacionais, aumentaram.

No entanto, a Lei 4.024/61 apenas recomendou, em seu Artigo 115, que as escolas estimulassem a organização dessas associações, o que causou certa frustração nos educadores brasileiros que esperavam um posicionamento mais decisivo do governo.

Entretanto, o momento não era favorável a isso, uma vez que, o país passava por uma fase conturbada do ponto de vista político, econômico e social, o que acabou levando o governo a tomar atitudes menos radicais.

Nessa trajetória de articulações políticas e de consolidação de diferentes frações de poder, as Associações de Pais e Mestres foram sendo reformuladas para atender aos diferentes interesses dos diferentes grupos da sociedade brasileira.

Por esses motivos, os estudos a respeito do tema têm destacado movimentos variados das APMs desde a sua criação até o presente momento.

Tais movimentos, na maioria das vezes, retrataram as contradições e ambigüidade das APMs bem como a importância que a ela era dada por parte dos diferentes segmentos políticos.

BIBLIOGRAFIA

- BUENO, Belmira A.B.O. *As APMs na escola pública do Estado de São Paulo* tese de doutoramento, SP., USP
- BUFFA, Ester e outros. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* SP, Cortez/Autores Associados, nº 23, 1987
- BUSSINGER, Vera Lúcia de Lucena e MUDELMAN, Sônia. "O papel das APMs na de-mocratização da escola". *Rev. ANDE*, nº 8.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Educação, Estado e Poder*. SP, Brasiliense, 1987.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. SP, Cortez, 1991.
- GUIRALDELLI Jr. Paulo. *História da Educação*. SP, Cortez, 1994.
- NOVOA, Antônio (org.) *As organizações escolares em análise*. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1992.
- SÃO PAULO (Estado), Secretaria da Educação. Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo. *Manual das APMs*. SP, SE/ CONESP, 1977.
- SÃO PAULO (Estado), Secretaria da Educação. CONESP. Equipe de Estudos da Comunidade Escolar. *Subsídios para desenvolvimento de cooperação entre escola e comunidade*. SE CONESP/ EECE, 1980.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. CONESP. *Relatório do 1º Congresso Estadual das APMs*. SE/ CONESP, 1980.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. CONESP. *Manual das APMs*. ed. rev. mod. SE/ CONESP - DAE, 1983.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Integração escola - comunidade. APM: uma proposta para dinamização*. SE / FDE, 1990.